

‘O CARNAVAL DE RUA VOLTA A OCUPAR A CIDADE: irreverências, lutas e mercado econômico na festa da capital mineira (2010 a 2020)¹

*The street carnival returns to occupy the city: irreverences, struggles and economic market at
the Minas Gerais capital party (2010 to 2020)*

Denise Falcão²
Hélder Ferreira Isayama³

Resumo: Partindo da compreensão histórica do carnaval como festa popular da irreverência e dos excessos, mas também como espaço de lutas, de reivindicações e da inversão da ordem social, faz-se nesse artigo a leitura do processo de crescimento da festa a partir das tensões entre as lutas sociais, o papel do Estado enquanto gestor da cidade e a força do mercado econômico. Com o olhar específico para o carnaval, no período denominado de reflorescimento do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte (2009/2010), essa pesquisa procurou compreender os processos de transformações e de resistências, os acordos e os conflitos vivenciados entre os que “colocam o bloco na rua” e os que gestam a cidade, para que a festa chegasse ao atual status de ser o maior evento turístico festivo da cidade (2020). Por fim, conclui-se que a diversidade de blocos de rua que hoje fazem a festa ultrapassa as bandeiras sociais que o impulsionaram, e o poder público aliado ao mercado econômico chegam ao formato de gestão democrática com diálogo e fomento para balizar tantos interesses diferentes na e para a festa.

Palavras-chave: Carnaval de rua. Ocupação espaço público. Lazer.

Abstract: Starting from the historical understanding of carnival as a popular festival of irreverence and excesses, but also as a space for struggles, claims and the inversion of the social order, this article does the reading of the party's growth process from the tensions between the struggles social, the role of the State as a manager of the city and the strength of the economic market. With a specific look at carnival, in the period known as the resurgence of street carnival in the city of Belo Horizonte (2009/2010), this research sought to understand the processes of transformation and resistance, the agreements and conflicts experienced between those who “put the block on the street” and those who manage the city, so that the party reached the current status of being the biggest festive tourist event in the city (2020). Finally, concludes that the diversity of street blocks that make up the party today goes beyond the social flags that boosted it and the public power allied to the economic market reached the democratic management format with dialogue and promotion to delimit so many different interests in and for the party.

Keywords: Street carnival. Occupation public space. Leisure.

¹ Recorte da Pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/UFMG, com bolsa CAPES.

² Prof^a Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP; Docente da Escola de Educação Física e do Departamento de Turismo. Doutora em Estudos do Lazer/UFMG. E-mail: defalcao1@gmail.com

³ Prof. Titular da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Docente do programa de pós-graduação interdisciplinar em Estudos do lazer e editor da Revista Licere. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br

Introdução

Ocupar as ruas e brincar o carnaval é um rito anual que marca a temporalidade social desse país festeiro. Considerada a maior festa popular do Brasil, o carnaval representa um marcante traço de identificação brasileira. Esta festa ocorre em todas as regiões do país. Em cada uma delas, elementos de excesso e de diferenciação se apresentam sem, entretanto, romper com a imagem do “povo brasileiro” como um povo alegre, descontraído, da batucada e possuidor de uma ginga sensualizada. Perez (2005, s.p.) afirma que: “É preciso levar a sério a ideia de que somos o país do carnaval!” A perspectiva de sua afirmação não se relaciona a juízo de valores, mas “trata-se de um juízo sociológico, que estabelece consequências conceituais de um fenômeno para compreender a sociedade”. É nesse sentido que se investigou algumas relações sociais estabelecidas, no tempo presente, do carnaval na capital mineira, para compreender a festa em sua dinâmica contemporânea.

A festa é um fenômeno que por essência reúne pessoas carregando consigo a “experiência vital compartilhada e cheia de conteúdos cognitivos e afetivos” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2021, p. 15). Além disso, envolve “tempo e espaço para expressão, rebeldia, devoção, manifestação, reivindicação, oração” (ROSA, 2002, p. 14). Portanto, entendemos a festa como manifestação cultural!

Minas Gerais, um estado marcado pela devoção religiosa cristã, carrega em sua história um especial envolvimento com as festas. Os estudos sobre festas empreendidos por Perez *et al.* (2018) sinalizam que desde o Brasil Colônia, já corriam notícias sobre festividades por todos os lados no país. Acrescentando que, de forma especial, as festas em Minas Gerais, no século XIX, são acessadas a partir dos escritos de vários viajantes que observavam diversas ocasiões festivas e relatavam aspectos da vida social do povo mineiro.

A vida em sociedade sempre encontra espaço para expressar sua diversidade e as festas e, em especial, o carnaval se caracteriza como espaço ideal para isso. Nas festas culminam simbolizações, dramas sociais e performances, e as mais distintas linguagens artísticas. A festa com seu potencial de sociabilidade, seu poder de troca, sua relação com os excessos e as efervescências coletivas, se apresenta como o campo do desejo possível,

se abrindo para a experimentação humana do imaginário enquanto instância do desejo (DUVIGNAUD, 1983).

Entretanto, não existe realidade social fora do espaço, portanto, para a realização da festa é preciso a ocupação de um espaço (físico e simbólico). O espaço social é um elemento central para a estruturação da sociedade e sua ocupação significa exercício de poder. Assim, voltar a ocupar as ruas de Belo Horizonte com cortejos carnavalescos evidencia a apropriação e o uso do espaço, a princípio, pelo povo. O que nos permite fazer uma analogia com o que Lefebvre (2001) denomina de “a luta pelo direito à cidade”.

Com o olhar específico para o período denominado de reflorescimento do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte (iniciado em 2009/2010), essa pesquisa procurou compreender os processos de transformações e de resistências ocorridos nessa festa. Desde o levante popular e as insurgências sociais até seu atual status de maior evento turístico festivo da capital mineira.

Partimos da compreensão que a mola propulsora do reflorescimento do carnaval foram as lutas sociais reivindicatórias e a necessidade de ocupar os espaços públicos como resistência ao processo de higienização e privatização implementado pelo poder público. Analisamos, também, as tensões e os acordos, daqueles que organizam a festa e procuram “colocar o bloco na rua” (levante popular) e dos que tem como salvaguarda a gestão da cidade (instituições governamentais). Nesse jogo de forças, o mercado econômico não fica de fora. Se por vezes foi rechaçado por um lado do cabo de guerra, em outras foi apropriado como elemento importante para o crescimento da festa. Fato é que ele, o mercado econômico, tornou-se mais um elemento de tensão.

Nesse sentido, este artigo caminha com intenção de propiciar chaves de leitura para a festa momesca na cidade de Belo Horizonte em um período de 12 anos. Suas transformações aparecem na perspectiva contemporânea alinhada às questões sociais e econômicas, pois como uma marca especial da temporalidade, o carnaval retorna todo ano em um permanente refazer-se atualizado pelo contexto histórico presente.

Percursos Metodológicos

Como procedimentos metodológicos utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental das fontes primárias para angariar conhecimentos sobre o assunto e sobre os atores. Além disso, utilizamos os debates promovidos em eventos realizados em variados contextos, para discutir o carnaval da cidade. Nesses encontros/confrontos/reflexões diversos atores da cena carnavalesca, entre os anos 2018 e 2020, expressaram suas vozes, seus anseios, suas angústias.

Os documentos analisados foram: Relatórios PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) dos anos 2015 a 2020; infográficos desenvolvidos em parceria pela Belotur/PBH; Pesquisas do Observatório do Turismo de Belo Horizonte que integra a Rede do Observatório do Turismo de Minas Gerais (OTMG) de 2015 a 2020; Pesquisa com folião do Carnaval de Belo Horizonte de 2018 e 2019 (PBH, 2018 e 2019); Reportagens referentes ao tema carnaval em Belo Horizonte nos seguintes jornais *online* (G1 Globo; EBC Empresa Brasileira de Comunicação; EM Estado de Minas; Sala de Imprensa da PBH; GGN; Hoje em dia); Reportagens referentes ao tema carnaval em Belo Horizonte nas revistas *online* Marimbondo e Carta Capital.

Além disso, participação em eventos organizados para discussões a respeito do carnaval da cidade promovidos por órgãos municipais e entidades civis, nos quais utilizamos falas de atores envolvidos na organização da festa: Roda de Conversa intitulada Carnaval: Para onde vamos? Realizada em 11 de novembro de 2018 no espaço d'A Central (antigo espaço 104) em Belo Horizonte; evento Era uma Voz: a cidade, o carnaval e suas narrativas realizado de 10 a 13 de fevereiro de 2019 na Biblioteca Pública Estadual de Belo Horizonte; Reflexões sobre o Carnaval no Memorial Vale (evento *online* via Instagram e Youtube); Reflexões sobre o carnaval de Belo Horizonte em 12 de fevereiro de 2021; Rainha que já não tem coroa: carnaval e esquecimento em Belo Horizonte em 14 de fevereiro de 2021.

Por fim, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com atores da cena carnavalesca da cidade no mesmo período: fundadores de blocos, gestores da cidade que

ocupam diferentes instituições, vocalistas de blocos, mestre de bateria, organizadores de blocos, ambulantes etc⁴.

A análise interpretativa dos dados se deu pela tensão entre o que foi encontrado na pesquisa documental, o que foi observado no trabalho de campo realizado entre as diferentes reuniões, algumas regulamentações municipais vigentes e anteriores que impactam o carnaval, os planejamentos estratégicos da organização da cidade para a festa e o que foi relatado nas entrevistas pelos sujeitos. A perspectiva de análise da pesquisa procurou compreender as diferentes vozes no contexto do carnaval da cidade de Belo Horizonte. Para tanto, foi preciso conhecer em uma perspectiva histórica o carnaval e suas relações com a ocupação do espaço e as disputas de poder.

O carnaval e sua relação com a irreverência e as disputas de poder

Pensar as relações sociais estabelecidas no carnaval é ultrapassar a visão de um tempo/espaço de rompimento da rotina da vida, apesar de também o ser! E ir além, procurando compreender a experimentação humana coletiva reivindicatória que emerge em tempos de festa. Como apresentam Falcão e Isayama (2021, p.225) “o carnaval pulsa e transforma o ritmo e a vida da cidade no ressoar do surdo, na batida do tambor, no compasso do timbal, nos cortejos infindáveis que arrastam multidões pelas ruas e avenidas”. Há uma abundância e diversidade dentro da própria festa, que apresenta como pontos comuns: a irreverência, o escárnio, a desordem, o incontrolável e a efervescência coletiva entre outros.

Para autores como Duvignaud (1983); Perez (2009); e DaMatta (1997), essa relação com os excessos e o gozo coletivo chegam a tornar a festa um fim em si mesma. Para Duvignaud (1994), a festa como possibilidade para a experimentação humana do imaginário possibilita instâncias do desejo, do imprevisível, da interioridade, da

⁴ Serão identificados apenas os entrevistados que tiveram suas falas como parte das análises nesse recorte de pesquisa. Gilberto Castro (presidente da BELOTUR); Jordana Menezes (Assessora de Gestão Integrada da BELOTUR). Rafa Barros (Bloco Filhos de Tcha Tcha, ativista, representante dos blocos de rua em diferentes negociações com a prefeitura/Belotur), PV Paulo Vitor Ribeiro (Bloco Seu Vizinho). Guto Borges (Bloco Então, Brilha!). Juhlia Santos (Produtora cultural).

embriaguez mítica, dos excessos, pois nas festas “o homem muda a si mesmo porque ele se inventa” (p.117).

Desde os primórdios do que podemos chamar de carnaval no Brasil, a maneira como ele é vivenciado revela importantes traços da sociedade. A diferença social, a disputa pelo espaço e as atitudes reivindicatórias e provocativas já faziam parte de tais manifestações. Sem contar que, por ser uma festa que se goza de certa liberdade sexual e de quebra de regras hierárquicas, os encontros, os confrontos e os excessos são presenças constantes.

Também faz parte da brincadeira no espaço público da rua a quebra das hierarquias, pois esse é um lugar no qual a diversidade de classes sociais, econômicas e étnicas se apresentam, tornando-se espaço privilegiado para conflitos e tensões. A tentativa de dominação do carnaval parece ser algo que vem acompanhando sua existência, pois nessa disputa de espaço e força, a festa provoca o que DaMatta (1997) denominou de dialética ordem X desordem. Recria as próprias regras e organiza uma nova lógica, que se assenta na capacidade de estabelecer pontes e formas de passagem entre espaços segregados.

DaMatta (1997) destaca que nas sociedades hierarquizadas, o carnaval é um *continuum* crivado pelo diálogo e pela comunicação explosiva, sensual e concreta de todas as categorias e grupos sociais. No século XX temos uma narrativa sobre a história das escolas de samba do Rio de Janeiro e o samba, uma expressão cultural que nasceu nos morros, nos subúrbios e nas favelas cariocas, que passou de manifestação perseguida pela polícia na década 1920 para símbolo da identidade nacional brasileira na década de 1940. Isso se deve a mais um jogo de forças. Se por um lado a intervenção do Estado, como aponta Fernandes (2001), em alguma medida obrigou que os enredos das escolas de samba tivessem um caráter ufanista, que convinha à dominação da manifestação. Por outro lado, foi possível observar que tal domínio foi relativo, pois as escolas de samba tornam-se uma representação nacional vista como “estratégia para conquistar e se impor ao carnaval, à cidade e à sociedade”, e como conclui o autor “uma rara e bela vitória dos vencidos” (FERNANDES, 2012, p.1).

Assim, o carnaval, em suas diversas expressões, sempre apresentou possibilidades de manutenção da lógica social, mas também possibilidades de questionamento e de transformação social.

O carnaval como espaço de disputas em Belo Horizonte

Como apontado por Falcão e Isayama (2021) a história do carnaval belo-horizontino é mais antiga do que a própria cidade inaugurada em dezembro de 1897. Encontra-se indícios de sua existência a partir de fevereiro de 1897, apontando que os homens construtores da nova cidade se vestiam de mulheres e desfilavam atrás de carroças da Praça da Liberdade até a Avenida Afonso Pena. Nesse contexto, as bandas carnavalescas, os ranchos, as sociedades e o próprio entrudo faziam a festa da cidade, conforme relatado nos escritos que contam a história do carnaval no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH)⁵.

Acompanhando a evolução da festa, em 1937 é fundada a primeira escola de samba denominada de Pedreira Unida, na favela Pedreira Prado Lopes. Na década de 1940 é fundada a Unidos da Cidade Jardim e em seguida outras escolas de samba são formadas, chegando à década de 1950 com o desfile embalado pelos sambas enredo que até então não existiam. O samba e as agremiações carnavalescas cresceram e se multiplicaram, aumentando a força do carnaval como manifestação cultural.

Segundo Maia (2020), na década de 1980, Belo Horizonte chegou a ter o segundo maior carnaval de escolas de samba do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. O autor pontua ainda que o carnaval de rua de Belo Horizonte nunca parou, mas em dois momentos ele entrou em um estado de suspensão, uma interrupção breve: um deles ocorreu no final da segunda grande guerra com a proibição de manifestações de rua durante a guerra, pelo então presidente Getúlio Vargas em 1943. Nesse sentido, afirma Fernandes:

⁵<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2020/11/hist%C3%B3ria-do-carnaval-em-belo-horizonte-0>

O agravamento da guerra durante 1942 [...] criou um clima em que a imprensa e a polícia se mobilizaram e praticamente proibiram o carnaval em 1943. A imprensa dizia que em tempos de guerra as energias deviam se concentrar nas exigências do conflito, e não dispersas em festa; a polícia entendia que os ânimos acirrados podiam alimentar confusões e pôr em risco a segurança pública. (FERNANDES, 2012, p.5)

Na década de 1990 ocorre outro período de suspensão da festa nas ruas de Belo Horizonte, como pode ser observado no DOM (Diário Oficial do Município) datado de 11 de fevereiro de 2014 em 1990 (p.1): “os blocos caricatos e as escolas de samba fizeram o último desfile na Avenida Afonso Pena”. O tradicional evento ficou praticamente suspenso de 1991 a 2003 e as maiores comemorações de Carnaval passaram a ser os bailes populares, realizados por cada uma das administrações regionais. Do ano 2004 a 2010 os desfiles das Escolas de Samba aconteceram na via 240, no Bairro Aarão Reis (regional norte) e de 2011 a 2013 foram realizados na avenida dos Andradas, entre os viadutos Santa Tereza e Floresta, no local conhecido como Boulevard Arrudas (Portal CMBH). Segundo o DOM (2014), em março de 2013 o planejamento para o retorno das agremiações para a Av. Afonso Pena foi iniciado, o que gerou muita euforia para os representantes das entidades. “O percurso, que se estende entre a avenida Carandaí e a rua da Bahia, será transformado no sambódromo da capital mineira” (p. 01) ⁶.

É possível inferir que essa mudança na estrutura do carnaval em 1990 aconteceu a partir da ordenação e regulação do Estado, com o objetivo de atender aos anseios de uma classe social dominante que se mostrava incomodada com tais manifestações populares. Nesse sentido, era preciso limpar, higienizar as ruas do centro da cidade, afastando a folia para zonas periféricas. Porém, o carnaval, em sua efervescência festiva, sempre resistiu aos cerceamentos de toda ordem que foram impostos e por isso, buscamos compreendê-lo na segunda década do século XXI, a partir do que passou a ser denominado de reflorescimento do carnaval de rua em Belo Horizonte.

⁶ <https://dom-web.pbh.gov.br/>

Voltar a ocupar as ruas: a festa como direito à cidade

No ano de 2020, Belo Horizonte foi consagrada pelo maior carnaval que a cidade já realizou. Com o anúncio de 4,5 milhões de foliões brincando na cidade (BELOTUR, 2020), a capital mineira chega ao recorde de foliões em suas ruas demonstrando não apenas sua vocação festiva, mas que também havia uma demanda social reprimida. Apesar do carnaval da cidade nunca ter acabado, ele passou por um período de encolhimento e a cidade, na década de 1990, era conhecida como um bom lugar para “fugir da festa momesca”. Não porque não houvesse carnaval, havia sim! Mas ele perdeu o protagonismo e não circulava no centro da cidade, mas seguia resistindo nas “periferias”.

Entretanto, a partir da segunda década deste século XXI, a manifestação popular do carnaval, em especial a dos blocos de rua, ganha força e se empodera, volta a disputar e a ocupar as ruas da cidade crescendo exponencialmente em número de blocos e de foliões. Na atualidade, Belo Horizonte detém o status de ter um carnaval que se realiza pelas ruas, possui uma diversidade em seus ritmos e movimenta a cidade, ampliando seu reconhecimento nacional entre os melhores carnavais do país. Mas, como tudo começou e chegou até aqui?

A história não pode ser contada de forma única, mas a análise da conjuntura do contexto histórico permite compreensões das articulações entre fatos, fenômenos, tempo e espaço. É preciso lembrar que no início da década de 2010 os movimentos populares de diferentes ordens reivindicatórias atingiram patamares nunca vistos a partir das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Como afirmam Falcão e Isayama (no prelo) “nenhum fato é capaz de acontecer isolado no mundo e a velocidade com que os acontecimentos circulam nas redes virtuais minimiza as barreiras de tempo/espaço colocando, em tempo real, as pessoas em contato com diferentes realidades”. As redes sociais passam a ser ferramentas fundamentais na organização, articulação e potencialização de ações coletivas por distintas bandeiras. O contexto histórico brasileiro, no período pesquisado, se alinha na efervescência dos movimentos sociais, culturais e políticos mundiais.

Em 2010 é eleita a primeira mulher presidente do Brasil - Dilma Rousseff, frustrando a certeza que a direita tinha em retornar ao poder do país. Em 2011 a denominada Primavera Árabe eclodiu a partir de levantes populares contra os governos e suas políticas opressivas em diferentes países do Oriente Médio e do norte da África: Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Também em 2011, revoltas pelos subúrbios londrinos começaram a acontecer e rapidamente alcançou quase toda Inglaterra, de forma semelhante aos protestos realizados nas periferias de Paris por jovens marginalizados em 2005. Nessa conjuntura histórica se encontra a ocupação de Wall Street, a greve geral em Portugal, na Espanha e na Grécia contra as medidas austeras do governo e a Revolta Turca em Istambul que iniciada em 2011, por questões ambientais, culmina em 2013 com protestos nas ruas contra o governo. Em 2013 temos no Brasil as jornadas de junho, que iniciada com o movimento passe livre em São Paulo, se alia a outros fatores de descontentamento da população e as pautas difusas ocuparam as ruas demonstrando a indignação do povo.

Em comum nesse movimento global contemporâneo que explode na segunda década do século XXI, tem-se o levante popular majoritariamente liderado por jovens que passam a ocupar as ruas em protestos sequenciais, organizados e articulados a partir das ferramentas digitais, reivindicando que os governos olhassem com mais humanidade para seus cidadãos que estavam atacados pelas políticas austeras implantadas pelos diferentes governos.

Desde o exposto sobre os levantes populares por parte do mundo, é possível compreender a correlação com o movimento de reflorescimento do carnaval da capital mineira. Suas motivações e seu alcance podem ser narrados a partir das lutas sobre a ocupação dos espaços públicos e as reivindicações por uma cidade para todos. Na pesquisa realizada⁷, as primeiras incursões carnavalescas “de volta às ruas” iniciam em 2009 quando amigos, sem dispensa do trabalho e sem dinheiro para brincar o carnaval ou viajar, organizaram dois blocos: Tico-Tico Serra Copo e Peixoto, e saíram nos dias da

⁷ Para maiores detalhes ler Carnaval de rua em Belo Horizonte: interstícios de insurgências sociais e de apropriações do mercado cultural (2010 a 2020). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/34916>

feira, ocupando comunidades da cidade com marchinhas políticas, instrumentos musicais e fantasias (BORGES, 2015).

Mas o que se pode considerar como o levante popular foi desencadeado contra as ações coercitivas que o governo do então prefeito Márcio Lacerda adotava. Em 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor o Decreto nº 13.798 que proibia a realização de evento de qualquer natureza na Praça da Estação. A Praça da Estação⁸ reconhecidamente um local que abrigava encontros das diversidades culturais, econômicas e sociais, já havia passado por um processo de revitalização, gentrificação e uso de recursos públicos para privilegiar planos de espetacularização junto a outras intervenções urbanísticas na cidade⁹ (JACQUES, 2004). É importante ressaltar que nessa época o país já possuía a responsabilidade de sediar dois megaeventos em um curto período de tempo: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 e alguns eventos de menor porte que serviriam como teste, a Copa das Confederações e as Jornadas Mundiais da Juventude, ambas em 2013. Nesse sentido, o país possuía diretrizes a partir de uma linha desenvolvimentista, urbana e social, com claras intenções de preparar/maquiar as cidades sedes para receber tais eventos e Belo Horizonte fazia parte desse contexto.

20

Tal proibição de uso desse espaço (Praça da Estação) provocou indignação entre as pessoas que faziam dessa praça seus espaços de encontros. Com intenção de contestar essa política especulativa, financeira e privatista para os espaços públicos, jovens engajados em diferentes causas sociais e políticas iniciaram, via redes sociais, uma organização coletiva horizontal, agrupando pessoas que lutavam nessa mesma

⁸ A Praça Rui Barbosa ou como é popularmente conhecida a Praça da Estação possui alguns dos marcos das origens da história e arquitetura neoclássica da cidade. Localizada na região central de Belo Horizonte em 1904 sua construção foi iniciada. Ali foi instalado, no alto da torre da estação, o primeiro relógio público da cidade e em 1922 foi inaugurado o novo prédio em estilo neoclássico da estação ferroviária da cidade. A Praça atualmente centraliza um circuito cultural formado pelos prédios do Museu de Artes e Ofícios, Casa do Conde de Santa Marinha, Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, o Viaduto de Santa Tereza e a Serraria Souza Pinto. A maioria dos prédios é da década de 20, formando um dos principais acervos do estilo neoclássico da cidade e, é também, um dos principais espaços públicos para a realização de shows, atos políticos e diferentes eventos na cidade. Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/oficios-de-minas/praca-da-estacao-o-lugar-onde-construcao-comecou>

⁹ Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/publicacoes_plano_reabilita%C3%A7%C3%A3o_hipercentro_bh.pdf

perspectiva social. Foi criado o evento Praia da Estação que gerou o movimento Praia da Estação¹⁰ - uma ação que visava a reapropriação desse espaço público. Esse evento tornou-se um marco na luta política pelo direito à cidade e os protestos aconteceram com características lúdicas e políticas, pois as pessoas ocuparam a praça em trajes de banho para protestar, trazendo à tona o potencial festivo do povo mineiro entre o burlesco, a reivindicação e a ocupação do espaço público em sua fruição de lazer. Enfim, a festa apresentou-se como um modo de ação e reação coletiva, propiciadora da inversão da ordem social possibilitando a expressão de um povo.

No próprio ano de 2010, motivados por essa manifestação popular reivindicatória e caricata bem-sucedida, frequentadores da praça e simpatizantes à causa, criaram o Bloco da Praia da Estação que com mais dois ou três blocos que já haviam surgido no ano anterior e outros poucos que foram criados nesse contexto, saíram desfilando e voltando a ocupar as ruas de BH no carnaval.

Nos anos de 2011 e 2012, o número de blocos que saíam no carnaval de BH aumentou junto às tensões entre os blocos de rua e o poder público, em função da disputa pela ocupação dos espaços. Utilizando de mecanismos governamentais para controle da ordem social, órgãos de segurança pública agiam no intuito de tentar coibir a festa. Gás lacrimogêneo, spray de pimenta e repressões policiais foram algumas das ações violentas observadas no intuito de dispersar os blocos. Mais uma vez na história, se observa que o carnaval enquanto manifestação popular não condiz com a cidade pretendida pela elite social e pelo poder público. Como afirma Roberto Andrés em uma entrevista à revista *Carta Capital* (2015, s.p.) em sua ânsia pela ordem “em 2011 a prefeitura passou a combater a folia, ameaçou donos de bares que vendessem cervejas para blocos e utilizou a polícia para dispersar blocos”. Lira Neto, corroborando essa linha de pensamento, relata:

É muito interessante quando você ouve no discurso das autoridades que o carnaval tem que ter "um certo controle". A palavra "controle" pressupõe, até certo ponto, um aparato repressivo, o que é algo incompatível com a festa, que não tem controle. Você pode dar suporte para essa festa, preparar a cidade, ter um grupo de varredores, tentar minimizar os efeitos colaterais da festa, mas ela é sem regras. (LIRA, 2017, s.p)

¹⁰ O nome Praia da Estação faz alusão a um dos espaços mais democráticos de lazer: a praia, ampliando seu papel irreverente, provocador e jocoso na medida que a cidade não se encontra no litoral do país, ou seja, não possui praia.

Com a festa sempre insistindo em voltar no ano seguinte, a compreensão que só seria possível impedir esse movimento popular aumentando a força bruta, mas com a percepção de que a festa poderia movimentar a economia da cidade, a folia passa a ser vista com “outros olhos” pela gestão municipal. Assim, o poder público passa a querer organizá-la mais de perto, tentando impor a lógica capitalista para uma festa que emanava do povo, sem ouvir os anseios dos que faziam o carnaval.

Foram anos de conflitos e discussões entre os organizadores de blocos e os gestores municipais. O governo não estabelecia diálogo com os organizadores dos blocos e isso dificultou as relações, limitando o desenvolvimento da festa por alguns anos. Em 2012-2013, o governo municipal fez as primeiras tentativas de assumir formalmente a gestão da festa. Enquanto as ações do governo visavam a gestão econômica do carnaval procurando patrocínio, determinando os locais dos desfiles, os tempos para o cortejo, cadastrando os blocos e impondo regras, os organizadores de blocos defendiam a festa como expressão popular, geradora do debate político, símbolo de resistência e como possibilidade de exercer o direito à cidade. Como afirmaram Amorim e André:

Os jovens da capital mineira propuseram um carnaval que motivasse os próprios moradores da cidade a ocupar as ruas para festejá-las, para reivindicá-las, reativando algo de essencial no carnaval brasileiro que havia se perdido na cidade: a sua irreverência e espontaneidade. (AMORIM e ANDRÉ, 2017, p.21)

A festa se tornava, a cada ano, maior e mais forte que o poder de repressão estatal e a atuação brutal do governo frente à manifestação popular espontânea passa a ser criticada pelos meios de comunicação. A festa volta a atrair a população local. Importante ressaltar que os blocos que passavam a ocupar o centro e as ruas da capital mineira eram compostos por uma juventude classe média universitária, artistas, lideranças de movimentos sociais, engajados em pautas reivindicatórias pelas minorias (LGBTQIA+, negros, mulheres, sem teto, profissionais do sexo e toda sorte de coletivos). Não restam dúvidas que as pautas pelas minorias sempre incomodam a elite dominante, mas era necessário que o governo municipal cumprisse seu papel estatal tentando organizar a festa para a cidade e seus cidadãos. Estava posto o campo de batalhas: De um lado o governo com um olhar mercadológico que intencionava gestar e lucrar com a festa *versus* os organizadores de blocos que queriam sair às ruas desfilando e reivindicando suas pautas.

Na esteira do processo de afirmação do carnaval de rua, é possível apontar que em 2012 o governo municipal garante pela primeira vez a limpeza urbana durante o carnaval e propicia algum suporte com banheiros químicos. Também é o primeiro ano que se pode contar com dados produzidos pelos órgãos governamentais da cidade e dentre esses têm-se um número de 24 blocos cadastrados pela Belotur¹¹ desfilando nas ruas da cidade.

Nos anos de 2013, 2014 e 2015 o carnaval da cidade cresceu, surpreendendo tanto os representantes dos blocos quanto a administração pública. Os números de blocos cadastrados saltam para 46 em 2013 (com estimativa de 70 blocos na rua), 132 blocos cadastrados em 2014 e 177 em 2015, exigindo, a cada ano, que o planejamento fosse reestruturado para que o caos não se instalasse na cidade, pois junto com o número de blocos cresciam os foliões na cidade e todos os problemas que festas nas ruas podem gerar se não houver organização como: ruas impedidas de circulação perto de instituições emergenciais (hospitais, bombeiros, polícia), aumento de violência, problemas de limpeza urbana, necessidade de assistência ambulatorial à saúde etc.

Em 2013, uma nova polêmica entre Prefeitura e Blocos relacionada com a existência de empresas patrocinadoras se apresenta. Para o carnaval do ano de 2014 a Prefeitura lançou um edital em busca de um patrocinador oficial para a festa, passando a enquadrá-la como um megaevento e por dois anos uma cervejaria foi a patrocinadora oficial do carnaval de Belo Horizonte. Essa atitude não agradou aos Blocos que acreditavam que a festa deveria seguir sendo promovida pela população, de maneira independente, sem interferência do governo e nem ordens de patrocinador.

Nas entrevistas com os organizadores de blocos e em um artigo intitulado “Foliões e prefeitura disputam pelo carnaval de Belo Horizonte”, publicado na versão *online* da revista *Carta Capital*, de 17/02/2015, essa afirmação foi ratificada: “O mesmo poder público que combatia a festa passou a tratá-la como 'megaevento' e buscou patrocinador ao ver a ascensão dos blocos de rua, que condenam sua apropriação financeira”. O coletivo Carnaval de Rua de BH (2015) salienta que a ação da Prefeitura em relação ao carnaval foi de apropriação e distorção, em suas palavras:

¹¹ A BELOTUR, órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, tem a missão de promover Belo Horizonte como polo de atração turística com visibilidade nacional e internacional.

A partir de 2012, a PBH tentou se apropriar da festa e distorcê-la. Vendeu o direito de se fazer comércio nas ruas para uma marca de cerveja, montou palcos e esbanjou em publicidade. O fato é que os palcos da PBH não atraíram o décimo dos foliões presentes nos blocos, segundo dados oficiais. Na sua ânsia privatista, o ex-presidente da BELOTUR chegou a propor que a cidade se tornasse um grande blocódromo, com áreas restritas para a festa, todas elas comercializadas com grandes marcas. (PEREIRA, 2015, s.p.)

A questão do financiamento privado em troca de *marketing* foi um ponto controverso e sensível na época. A cervejaria que ganhou o edital de patrocínio para o carnaval da cidade usou de forma indevida a imagem de foliões e integrantes de blocos para promover sua marca. Isso resultou em um movimento no qual 27 blocos produziram uma nota de repúdio veiculada por várias redes sociais intitulada “O carnaval é do povo: manifesto de repúdio a Skol” e que depois de publicada teve a adesão de outros blocos contabilizando 51 blocos a favor do repúdio. O manifesto ressaltava que o poder público fazia “uma esdrúxula tentativa de apropriação financeira da festa” de algo que é “do povo para o povo” e finaliza apontando que “O Carnaval de BH não cederá a lobbys de megaempresas nem de órgãos públicos que colocam em risco uma festa tão plural e espontânea, feita com o pulso firme do povo, que clama por uma cidade mais justa, livre e igualitária. A apropriação não passará!” (CARNAVAL DE RUA BH, 2015).

Ao mesmo tempo que os blocos bradavam contra o caminho mercadológico, o carnaval da cidade crescia e os blocos necessitavam ampliar suas estruturas para atender a demanda de seus cortejos. É factível que a necessidade de verba para a realização dos desfiles era pungente, métodos menos convencionais ao mercado começavam a ser criados para garantir a saída dos blocos e pareciam ser aceitos pelos que contestavam a lógica mercantilista. Passar o chapéu, financiamento coletivo, *crowdfunding*, dentre outros passavam a ser opções. Como possibilidades de angariar fundos alguns blocos tomam novos caminhos buscando a criação de marca para o bloco como um *briefing*. Nesse sentido, os blocos passam a “vender para não se vender, por mais conveniente que seja o capitalismo, é considerável que até os menos afortunados conseguem deslanchar por suas brechas, nesse cenário, a saída está no mercado” (MARACAÍPE et.al, 2019, p.83).

O assédio de patrocinadores a blocos que arrastavam multidões aumentou e a iniciativa privada passou a realizar eventos concomitantes aos desfiles dos blocos em espaços fechados. A Prefeitura assumiu a estrutura da festa com os patrocínios em

diferentes vieses e, em alguns blocos, essa movimentação externa de possíveis patrocinadores gerou debates e discussões internas sobre o processo de autonomia e autogestão. Como pontuaram Falcão e Isayama (2021), as discussões entre os integrantes dos blocos envolviam o debate sobre qual a participação “o mercado” deveria/poderia ter no carnaval dos blocos da cidade. As bandeiras de lutas de muitos blocos estiveram associadas a contestação das injustiças e desigualdades sociais e as lutas pela igualdade de direitos; pelo direito a ocupar os espaços públicos e pela soberania da população frente ao poderio econômico. No entanto, essas mudanças na magnitude da festa exigiam que os blocos crescessem junto à festa para que seus foliões e, conseqüentemente, o evento como um todo, pudessem alcançar dimensões e qualidade nos cortejos nunca antes vislumbradas. A perspectiva de transformar a festa doação, seja individual ou coletiva, em uma cadeia produtiva, em um trabalho, tornou-se um caminho para a profissionalização.

As divergências e convergências que se apresentavam internamente em muitos blocos tinham como argumento e alicerce a possibilidade de transformar o que iniciou como uma brincadeira entre amigos em “trabalho sério”, e por isso, digno de remuneração. Corroborando com o contexto dos que fazem a festa é preciso refletir sobre a escassez do trabalho formal, principalmente se considerarmos o grupo de trabalhadores da cultura e da arte. A informalidade é a tônica da maioria desses sujeitos-artistas e a força coercitiva de uma falsa liberdade e flexibilidade no âmbito de trabalho, apresenta-se massacrante, levando-os para relações alternativas quando pensamos em remuneração.

É possível observar que esse movimento anti-mercantilista promovido por vários blocos, demonstra que os sujeitos sociais quando envolvidos em uma causa coletiva são capazes de resistir no tempo/espaço às estratégias de planejamentos urbanos e sociais rentistas, com intenções de promover o capital. Entretanto, outros imaginários políticos são necessários e a luta coletiva proporcionada pelos encontros na festa potencializam a necessidade de apropriação dos espaços públicos e o desejo de refrear a espetacularização. Segundo Ribeiro (2005, p.270), a criação desse imaginário social mais justo e igualitário se dá mediante a ordem “das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades”.

Nesse jogo de forças, o carnaval da cidade segue crescendo e o número de blocos aumentando. Em 2017, a Belotur cadastrou 363 blocos, em 2018 foram oficializados 500 blocos, em 2019 o número atinge 590 blocos cadastrados, porém, 410 blocos realizaram 447 cortejos e em 2020 o número cai sendo 347 blocos cadastrados com cerca de 390 cortejos (CMBH, 2021). Como os números demonstram, o aumento de blocos cadastrado pode ser atrelado ao fato que desde o carnaval de 2017 a Belotur criou o Edital para financiamento de blocos de ruas¹², o que longe de ser suficiente para atender a demanda, já sinalizava o interesse público em fomentar a festa.

Da resistência ao espetáculo na engrenagem capitalista

O capital financeiro que move a engrenagem capitalista chega às manifestações culturais transformando-as. A cada ano, aumentava o número de blocos a desfilar e o número de foliões a seguir os cortejos. As bandeiras não mais estavam em consonância com alguma pauta político-social, às vezes era puro consumo de diversão, algo que a festa também é capaz de proporcionar. A nova ordem imposta pelo capitalismo de acumulação flexível faz surgir um aspecto diferente em relação aos bens culturais e se observa um aumento no interesse das tradições culturais, porém, junto com ele, o interesse de transformá-lo em produto de consumo e espetáculo. A apropriação da cultura com fins de lucro, segundo Adorno e Horkheimer (1985), acarreta sérias perdas com os processos de homogeneização, padronização, controle e serialização. Porém, mesmo que se observe que vivemos um tempo dominado pelo consumo, é possível pensar como Lipovetsky (2007, p.254) que “a festa oferece a oportunidade de desfrutar um tipo de prazer que o consumo mercantil e individualista favorece pouco, ou seja, a experiência da felicidade comum, a alegria de reunir-se, de compartilhar emoções, de vibrar em uníssono com a coletividade.”

Foi possível observar que em 2019 existe uma mudança no posicionamento e na postura do governo frente à festa. A Belotur, sob a direção que assumiu a gestão em 2017,

¹² O montante do recurso era de R\$300 mil, divididos em 3 categorias: categoria A recebendo R\$10 mil categoria B recebendo R\$5 mil e categoria C recebendo R\$3 mil. Nesse ano foram contemplados 38 blocos, 19 na categoria A e 19 na categoria B, usando R\$295 mil do orçamento destinado.

passou a defender o diálogo como prática para uma construção coletiva e democrática da festa. Em entrevista concedida para essa pesquisa em 2019, Gilberto Castro, Presidente da Belotur, afirma que “nós não fazemos o carnaval. Quem faz o carnaval é a sociedade civil, cabe ao poder público fazer a gestão dos serviços e nós trabalhamos no sentido de conseguir fazer com que a festa aconteça da maneira mais espontânea possível”.

Para o carnaval de 2019, foram chamados os organizadores dos blocos de rua para conversar e assim promover uma integração entre os que fazem e os que gestam a festa, na tentativa de afinar as demandas dos blocos e as necessidades da cidade que não pode parar de funcionar. Essa abertura para as negociações entre os que “gestam” e os que “fazem” aproximou os dois lados que antes estavam em oposição, para buscarem soluções para as demandas e os problemas que cresciam junto com o carnaval. Como disseram Castro e Jordana (presidente da Belotur e a assessora chefe de planejamento e gestão) na entrevista em 2019:

A Prefeitura de Belo Horizonte hoje não faz o carnaval porque tem obrigação de fazer, faz porque acha bacana fazer, porque sabe que é uma oportunidade pra cidade, porque entende que a cidade quer, e isso é muito legal de enxergar. Essa é uma mudança que aconteceu, como outras milhões de mudanças. Os desejos dos blocos de 2016, vou longe não, são totalmente diferentes dos desejos dos blocos hoje [...] os blocos por exemplo, tinham uma vontade muito grande de serem autônomos, de depender quase nada de ninguém, mas hoje eles entendem que de fato eles precisam de ter um patrocínio, que isso não é negativo, que isso não é se vender. Que isso é parte do processo de um bloco que cresceu, foi se profissionalizando e que tem 100 mil pessoas, ali atrás, e ele tem responsabilidade de alguma forma sobre essas pessoas. Ele quer dar um som legal, quer ter uma banda legal, uma produção legal e isso tudo tem um custo.

O entendimento da festa com necessidade de coparticipação e de cogestão entre os órgãos institucionais e os atores envolvidos anuncia uma mudança de postura da instância governamental e dos que organizam os blocos. Segundo os entrevistados representantes da Belotur, nos últimos anos, as cartas são postas sobre a mesa e as necessidades da cidade precisam ser planejadas e respeitadas por todos. Temas como descentralização dos blocos, subsídio para ajudar financeiramente os blocos, horários pré-determinados para começar e acabar os desfiles, tamanhos dos trios e as ruas que podem passar, fazem parte da pauta de negociações.

Se em outros anos o carnaval foi realizado sem recurso financeiro público, em 2018 a festa captou 9 milhões sendo 3,6 milhões em verba direta e 5,4 milhões em planilhas de estrutura e serviços em patrocínios para investimento direto no carnaval¹³. Em 2019, subiu o montante investido perfazendo 4,5 milhões em aportes diretos mais 8,3 milhões em planilhas de estrutura e serviços¹⁴. Foram utilizados como subvenção para os blocos de rua o montante total de R\$ 564.000,00 (164 mil a mais que em 2018), organizado em 4 categorias com valores diferenciados (R\$ 10 mil, R\$ 7 mil, R\$ 5 mil e R\$ 3 mil) e nesse contexto foram contemplados 84 blocos (PBH/Belotur)¹⁵.

Segundo o presidente da Belotur, Gilberto Castro, nenhum recurso é proveniente diretamente dos cofres públicos e todo investimento na festa foi feito por patrocinadores. O carnaval de Belo Horizonte chega em 2020 como o carro chefe da Belotur e nesse ano foram utilizados como subvenção para os blocos de rua o montante total de R\$ 454,396 em 4 categorias: categoria A R\$ 12 mil; na categoria B, R\$ 8,5 mil; na categoria C, R\$ 6 e na categoria D, R\$ 3,5 mil (PBH/Belotur)¹⁶. A festa no estado de Minas Gerais teve uma movimentação econômica de cerca de R\$ 809 milhões, segundo os cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)¹⁷. Dessa forma, ficou em quarto lugar no volume de recursos estimados para a economia da festa no Brasil, atrás do Rio de Janeiro (R\$2,32 bilhões), São Paulo (R\$ 1,95 bilhão) e Bahia (R\$ 1,13 bilhão)¹⁸.

Ao mesmo tempo, é possível notar que junto ao crescimento econômico da festa e, em alguma medida, sua transformação em mercadoria, crescem as reivindicações sociais que se efetivam. É visível que os blocos de rua se multiplicaram ao longo desses anos e muitos continuam levantando bandeiras de protestos contra as mazelas sociais.

¹³ <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-supera-expectativas-e-tem-publico-de-38-milhoes>

¹⁴ <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-de-belo-horizonte-cresce-em-2019-e-encanta-43-milhoes-de-folhoes>

¹⁵ <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belotur-divulga-lista-de-blocos-que-terao-subvencao-no-carnaval-2019>

¹⁶ <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-publica-edital-de-auxilio-financeiro-para-blocos-de-rua-do-carnaval-2020>

¹⁷ <https://www.fecomerciomg.org.br/news/comercio-de-bh-esta-otimista-com-as-vendas-durante-o-carnaval/>

¹⁸ <https://diariodocomercio.com.br/turismo/cnc-estima-movimentacao-de-r-8-bi-no-carnaval/>

Ao invocar por uma sociedade mais democrática, os corpos que brincam, que se sensualizam, que carregam a jocosidade e a irreverência em seus cortejos, invadem a cidade ocupando e se apropriando das ruas com pautas políticas. Bandeiras ligadas às minorias sociais como negros, mulheres e a população LGBTQIA+; à ocupação dos espaços como direito; à diversidade rítmica nos blocos; à liberdade de expressão etc. Fazem o carnaval de Belo Horizonte seguir seu cortejo pelas ruas efetivando “o direito à cidade” na perspectiva Lefebvriana. Pois esta postula o direito à cidade como um contraponto aos processos de urbanização que transformam as cidades em mercadorias, não levando em conta as construções sociais estabelecidas em suas relações. Em sua concepção a cidade é visualizada como um local privilegiado de criação, de estabelecimento de centralidades, de combinação e transformação de relações sociais.

Nesse crescimento vertiginoso do carnaval belo-horizontino, a cidade paulatinamente foi deixando de exportar seus foliões, que já não viajam mais para brincar no carnaval em outras cidades e estados e passa a receber os foliões turistas. O carnaval da capital mineira é o período em que a cidade recebe o maior número de turistas no ano, sendo considerado o principal evento de fomento para o setor turístico. Junto a esse setor, vários segmentos se desenvolvem com o crescimento da folia: os prestadores de serviço, o transporte particular, a hotelaria, a gastronomia e um destaque pode ser feito para o setor informal, o qual a Prefeitura vem, ao longo dos anos, organizando o cadastramento de ambulantes para venderem bebidas e adereços.

A guisa de conclusão

Compreendendo o lugar festivo como uma instância espacial comunicativa de determinadas narrativas, o artigo procurou desvelar não apenas diversidades e singularidades, mas sobretudo algumas expressões das lutas, das resistências e das tensões de/entre diferentes atores sociais que fizeram acontecer o denominado reflorescimento do carnaval de rua da cidade de Belo Horizonte.

São diferentes caminhos e perspectivas que podem ser analisadas nesse percurso. Aqui escolhemos descrever fragmentos do empoderamento do carnaval de rua da capital mineira que foi se constituindo como uma necessidade da população em reapropriar-se

da cidade. Nesse sentido, os sujeitos procuraram resistir a cidade que se produzia para consumo sob o viés dos interesses do capital econômico a partir de uma lógica de subversão da ordem social e da insubmissão a partir da jocosidade e irreverência, o que fica evidente na efervescência carnavalesca.

Entretanto, não é mais possível pensar no carnaval belo-horizontino sem relacioná-lo à tendência à mercantilização e à estetização da festa. O “capitalismo cultural” é a nova face do modo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a cultura acaba sendo utilizada como recurso e o capitalismo se volta ao mercado de consumo multiplicando os estilos, as tendências, os espetáculos, os lugares de arte, lançando novas modas em todos os setores e criando em escala os sonhos, o imaginário, as emoções, bem como tornando artístico o domínio da vida humana.

O que se observa no carnaval da cidade é que, a cada ano, mais blocos de diferentes vertentes, sejam elas políticas, sociais, econômicas, finalidade zero (DUVIGNAUD, 1983), surgem ampliando a diversidade que é produzida pela cidade. O poder público, como responsável pela gestão da festa, aproveita dessa vocação advinda das culturas populares espontâneas para impulsionar seus planos de fortalecimento da economia da cidade, investindo em áreas como o turismo, a gastronomia e o lazer, todos setores diretamente envolvidos com a transformação e o crescimento do carnaval.

A partir desse desenho traçado sobre o carnaval de Belo Horizonte e pensando em sua relação com a apropriação do espaço público, corrobora-se que a perspectiva do direito à cidade “é muito mais que a liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade” (HARVEY, 2012, p. 74). É, sobretudo, um direito coletivo, pois a transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. Compreende-se que o carnaval em Belo Horizonte refloresceu pelo direito de fazer e refazer a cidade e a nós mesmos como um dos mais preciosos e, ainda assim, mais negligenciados direitos humanos.

Foi possível vislumbrar no processo investigativo do reflorescimento do carnaval de rua da cidade Belo Horizonte o poder da festa em sua essência provocativa e reivindicatória, adentrando nas relações contemporâneas que se estabelecem a partir da ocupação dos espaços na cidade e a entrada do Estado como agente regulador. Por fim,

ressaltamos que essa festa que é referência de alegrias, excessos e irreverências, segue ampliando seu desenvolvimento na cidade e carregando em seus cortejos, corpos em festa que em seus potenciais coletivos transformam a paisagem urbana em local de experimentação.

Como último ponto, tem-se a interrogativa de como a festa voltará a acontecer após a ruptura orgânica e mercadológica dos processos realizadores da festa. Sob o advento da pandemia COVID-19, que impediu o carnaval de acontecer nos anos 2021 e 2022, tudo até aqui elaborado sofre uma paralisação radical, apontando que questões que até então eram vislumbradas como ascensão da festa, podem ter o caminho desviado. Seguimos observando e aguardando quando o carnaval chegar!

Referências

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AMORIM, Patrícia e ANDRÉ, Paula. *Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade*. Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, patrimônio e artes. Investigação, ensino e difusão. p.6-19. Évora, Portugal, 2017.
- BELOTUR. Site institucional. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/>. Acesso em: out. 2020.
- BELOTUR, 2020. Apresentação do balanço do carnaval 2020 em entrevista coletiva concedida por Gilberto Castro Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/03/04/belo-horizonte-teve-45-milhoes-de-folhoes-211-mil-eram-turistas-segundo-belotur.ghtml>; <https://bhaz.com.br/noticias/bh/publico-carnaval-bh/>; <https://noticias.r7.com/minas-gerais/carnaval-de-belo-horizonte-em-2020-arrastou-45-milhoes-de-folhoes-04032020>; <https://diariodocomercio.com.br/negocios/carnaval-de-bh-contou-com-445-mi-de-folhoes/>. Acesso em: out. 2020.
- BORGES, Guto. *Sobre carnavais e revoluções*, vídeo documentário sobre a festa em BH, 2015. 1 vídeo (11:45). Publicado por Fred França. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PUHcQeRcYNw>. Acesso em: out. 2020.
- CARNAVAL DE RUA DE BH. O repúdio de blocos de rua do carnaval de Belo Horizonte contra o prefeito e o camarote. *Jornal GGN*. Postado em 24/11/2015. <https://jornalggn.com.br/noticia/o-repudio-de-blocos-de-rua-do-carnaval-de-belo-horizonte-contra-o-prefeito-e-o-camarote/>. Acesso em: out. 2020.
- CARNAVAL DE RUA BH. *Manifesto de repúdio à Skol*. Postado em 24/02/2015 Disponível em: <https://santaterezatem.com.br/2015/02/27/blocos-de-rua-publicam-manifesto-contra-apropriacao-comercial-da-fofia/> Acesso em: out. 2020.
- CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renta de Sá. Apresentação. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, Renta de Sá (orgs.). *A falta que a festa faz: celebrações populares e antropologia na pandemia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021, p. 8 –21.
- CMBM CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *História do Carnaval em Belo Horizonte*. Disponível: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%20A7%20A3o/not%20ADcias/2020/11/hist%20B3ria-do-carnaval-em-belo-horizonte-0> Acesso em: 20 mar. 2021.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOM Diário Oficial do Município 11 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/> acesso em: 10 ago.2021.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. "Le miroir, lieu et non-lieu de 'moi'". *Revue Internationale de l'imaginaire*. n. 2. Paris, Babel. 1994.

FALCÃO, Denise; ISAYAMA, Hélder F. Carnaval de Rua em Belo Horizonte: Interstícios de insurgências sociais e de apropriações do mercado cultural (2010 a 2020). *LICERE Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v.24, n.2, jun 2021.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 2001. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/memoria_carioca_pdf/samba.pdf Acesso em: 18 ago 2021.

_____. Escolas de samba, identidade nacional e o direito a cidade. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 16, n. 418(47), 2012.

HARVEY, David. *O Direito à Cidade*. Lutas Sociais. São Paulo, n 29, p.73 89, jul/dez. 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. *Cadernos do PPG-AU/FAUFBA*. Salvador: Editora UFBA, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1684> Acesso em 18 set.2021

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal*: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.

LIRA, Neto. *Entrevista para BBC*. Disponível em: <http://g1.globo.com/carnaval/2017/noticia/o-samba-ja-sofreu-impacto-do-politicamente-correto-antes-diz-escritor-lira-neto.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MAIA, Marcos V. Carnaval: história e inclusão. *Entrevista para canal Opinião Minas*. 2020. Disponível em: <http://fb.watch/61TeVE2rjw/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MARACÁIPE, Aline et.al Carnaval em Belo Horizonte: sobre os 05 e os 360 dias. In: MATOS, Andityas S.de M.C; SILVA, Ramon M.(Org.) *Nunca reverenciar*: reflexões marginais sobre desobediência civil. Iniciativa: Belo Horizonte, 2019.

PEREZ, Léa Freitas. *Festa, religião e cidade*: corpo e alma do Brasil. Porto Alegre: Medianiz, 2009.

_____. Um país que se conhece de outros carnavais. *Boletim UFMG*, Nº 1495 – Ano 31 11.08.2005. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1495/oitava.shtml> Acesso em: 12 ago. 21.

PEREZ, Léa Freitas; BELONE, Ana Paula L.; MARTINS, Marcos da C.; GOMES, Rafael B. *Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX*: compêndio de citações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Outros territórios, outros mapas*. OSAL: Observatório Social da América Latina, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun., 2005.

ROSA, Maria Cristina. Festar na Cultura. In: ROSA, Maria Cristina; PIMENTEL, Giuliano G. de Assis; QUEIRÓS, Ilse Lorena Von Borstel G. de. *Festa, Lazer e Cultura*. Campinas: Papirus, 2002.

Era uma Voz: a cidade, o carnaval e suas narrativas. Evento realizado de 10 a 13 de fevereiro de 2019 na Biblioteca Pública Estadual de Belo Horizonte. Gravação pessoal armazenada em mídia digital feita pelos pesquisadores.

REVISTA CARTA CAPITAL, Foliões e prefeitura disputam pelo carnaval de Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/folios-e-prefeitura-disputam-pelo-carnaval-em-belo-horizonte-7733/> Acesso em: 17 jul 2021.

RODA DE CONVERSA. Carnaval para onde vamos? Evento realizado no Espaço d'A Central em 09/11/2018. Gravação pessoal armazenada em mídia digital feita pelos pesquisadores.